

Avaliação arquivística e os documentos fotográficos produzidos pelo estado no Brasil

Bruno de Andrea Roma

Como citar: ROMA. B. A. Avaliação arquivística e os documentos fotográficos produzidos pelo estado no Brasil *In* : MADIO. T. C. C.; MACHADO, B. H.; BIZELLO, M. L.(org.). **Desafios na identificação e organização de fotografia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 195-208. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-277-2.p195-208>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA E OS DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS PRODUZIDOS PELO ESTADO NO BRASIL

*Bruno de Andrea ROMA*¹

No centro da concepção moderna de tratamento arquivístico, ou ao menos da arquivística sob a perspectiva da gestão documental, estão as noções de avaliação e classificação. Podemos afirmar, portanto, que se tornaram elementos basilares do trabalho com arquivos principalmente depois da segunda metade do século XX. Na atualidade, quando nos deparamos com a iminência do enfrentamento de massas colossais de documentos gerados em formato digital, esses dois processos ganharam reafirmada importância. Naturalmente, os documentos fotográficos também compõem, ou deveriam compor o escopo dessas afirmações.

No Brasil, os últimos vinte anos foram muito profícuos para a discussão em torno da classificação arquivística de documentos fotográficos. Demonstrou-se a frequência com que esse processo é relegado

¹ Historiador com doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, atualmente trabalhando na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

ou substituído pela descrição unitária dos itens documentais, com prejuízo da adequada contextualização dos documentos. Também se demonstrou a viabilidade da classificação de documentos fotográficos, evidenciando a conveniência desse processo para a manutenção da organicidade e integridade dos documentos fotográficos em regime de arquivo. Ao tratar desse assunto, Lopez alerta:

No caso dos exemplos de organização de materiais fotográficos citados neste trabalho, a descrição individual — adotada como sinônimo de organização arquivística — não se justifica, pelo fato de não ser uma atividade típica de arquivo, mas de investigação. [...] Não obedecer ao contexto de produção na organização documental compromete as atividades de descrição. Sem as referências mínimas de classificação — especialmente no caso dos documentos imagéticos —, a descrição tende a esvaziar os significados do documento. (LOPEZ, 2005, p. 245, tradução nossa).

A abordagem especial de que por muito tempo a fotografia foi objeto, geralmente pautada pelo tratamento unitário, assumia a visualidade e os padrões de conservação preventiva como seus principais pilares metodológicos, como esclarece Madio:

Esses documentos (fotográficos), especificamente nos arquivos, durante muitos anos foram tratados como documentação especial por sua fragilidade e tipo de suporte variado e distinto dos textuais. Na maioria das instituições arquivísticas, a gênese documental dessa produção era desprezada e ignorada, e a análise recaía apenas nos suportes e elementos visuais. (MADIO, 2012, p. 57).

Distanciando-se das abordagens de exceção e dos tratamentos especiais, a teoria especializada tem demonstrado, acima de tudo, a importância do tratamento arquivístico uniforme e padronizado também para os documentos fotográficos. Embora essas discussões nem sempre se verifiquem na prática de muitas instituições, na teoria parece consenso que para que um conjunto de documentos fotográficos seja entendido como de natureza arquivística é mister a observância dos preceitos arquivísticos. Uma afirmação que pode parecer bastante básica, mas que ao nos confrontarmos

com o que se observa da realidade e com a trajetória dos debates envolvidos, percebemos que ainda há muito que se reafirmar nesse sentido.

Outras dificuldades, como de compreensão tipológica, fazem com que, mesmo quando utilizadas como linguagem em espécies documentais mais consagradas, como relatórios ou prontuários, fotografias causem estranhamento ou problemas para a identificação dos documentos em que são mobilizadas². Um resultado grave desse estranhamento pode ser a dissociação de documentos. Mais problemático ainda é o cenário de documentos fotográficos autônomos, cujo encaminhamento quase sempre esbarra em critérios estranhos à classificação e avaliação de arquivos. São frequentemente interpretados como coleções ou têm as funções originais de sua produção ainda mais negligenciadas. É mais detidamente desse tipo de situação que trataremos neste trabalho.

Para que consideremos a fotografia realmente integrada ao universo documental dos arquivos, documentos fotográficos desejavelmente deveriam passar pelo mesmo processo de avaliação arquivística a que estão sujeitos os demais documentos de um determinado produtor arquivístico, em que pese a diversidade metodológica que esse conceito pode abarcar. Neste capítulo, abordaremos com maior afinco os problemas relacionados à avaliação de documentos fotográficos em contexto arquivístico. Discutiremos a pluralidade da própria concepção de avaliação e, no caso da avaliação arquivística, a dificuldade para o estabelecimento de valores claros e objetivos para o caso dos documentos fotográficos. Não é o intuito desta reflexão debater a complexidade metodológica relacionada ao processo de avaliação no âmbito da arquivística, mas refletir sobre a experiência prática de determinadas instituições com o assunto. Essa experiência demonstra que uma conjuntura de exceção ainda é realidade para o tratamento de documentos fotográficos.

² Sobre essas dificuldades, Machado e Madio consideram o seguinte: “Ao concluirmos, são lançados alguns apontamentos que fazem com que a Arquivologia se debruce sobre a falta da normatização da espécie fotográfica, visto que notamos a ausência de questionamentos a respeito dessa problemática. Assim, justifica-se o estudo da linguagem fotográfica, pois somente com esse arcabouço conseguiremos compreender a lógica da construção desse documento para que assim, seja possível a nomeação do tipo documental, utilizando os atributos da diplomática em seu benefício.” (MACHADO; MADIO, 2019, p. 9).

Não teremos em tela, portanto, o acúmulo individual de fotografias, tampouco a avalanche de fotografias digitais que nos aguarda. Acreditamos que para que esses assuntos sejam mais bem desenvolvidos, ainda é necessário discutir padrões de atribuição de valor que são anteriores a esse processo e remontam a própria ontologia do documento fotográfico, nossa relação com a fotografia como recurso documental e sua circulação social. Refletir sobre a forma como conjuntos massivos de fotografias analógicas foram tratados, sobretudo pelos expedientes públicos de preservação, pode nos ajudar nessa discussão. Ainda é recorrente, mas felizmente já bastante questionado, o entendimento desse tipo de produção documental como especial ou extraordinária, fator determinante para o imprevisto de condutas de preservação, estranhas ao que convencionalmente se pratica com os demais documentos. Nossa atenção será mais direcionada, isso posto, à natureza desse tratamento diferencial.

AVALIAÇÃO: NOÇÃO POLISSÊMICA

A ideia de avaliar implica uma noção polissêmica por natureza. Além do uso cotidiano da palavra avaliação, que remete a atribuição de valores e destinos, ou ainda a tomada de decisões, a palavra ainda mobiliza conceitos diferentes em diferentes campos do conhecimento. São exemplos de diferentes áreas em que o procedimento de avaliar pode ser mobilizado a educação, arquivística, arte, técnica fotográfica, conservação de bens culturais, comércio, economia, a história etc. Essas operações intelectuais possuem metodologias, arcabouços teóricos e propósitos completamente diferentes. Para sua aplicabilidade, mobilizam atribuições de valor diferentes, que seguem modelos de valoração, portanto, diferentes. Mesmo a avaliação arquivística não é um monólito conceitual, pelo contrário, existe debate e uma diversidade de concepções em torno do assunto. Variam correntes intelectuais, contextos históricos e territoriais e o grau de subjetividade que, assim como toda avaliação, poderá implicar.

É fato que um mesmo conjunto documental possa passar por avaliações que envolvam interdisciplinaridade ou até transdisciplinaridade. Isso significa que, um mesmo conjunto de documentos fotográficos, por

exemplo, poderia ser objeto de uma diversidade de concepções diferentes de avaliação, a depender do propósito da empreitada. Podemos esperar, por exemplo, que no processo de aquisição de uma coleção ou de um arquivo de fotógrafo uma diversidade de avaliações ocorra, envolvendo algumas das áreas que mencionamos. Seria preciso avaliar o preço, estado de conservação, pertinência, relevância, integridade e uma série de processos que demandam expertises específicas. No artigo *A coleção fotográfica de Marcel Gautherot*, a historiadora Lygia Segala apresenta um exemplo importante sobre a produção e circulação de um conjunto documental fotográfico, o arquivo de Marcel Gautherot³. A excelente verificação do contexto de produção e acumulação do arquivo do fotógrafo, transformado em coleção quando incorporado ao Instituto Moreira Salles (IMS), demonstra a relevância da organicidade para compreensão do conjunto:

Cabe esclarecer que, na sua política de aquisição, o IMS busca coleções ou arquivos autorais completos. Na obra de fotógrafo, ressalta Sérgio Burgi, contam as “características mais orgânicas do seu desenvolvimento profissional”. Respeita-se a sua ordem original e a sua proveniência. (SEGALA, 2005, p. 111).

Um pouco mais adiante, a autora relaciona as especificidades desse processo de aquisição com a diversidade de procedimentos envolvidos, permitindo-nos notar a necessidade do envolvimento de especialidades diferentes para o processo de legitimação e incorporação do arquivo à instituição.

A validação desse deslocamento sugerido pelo mercado pressupõe, porém, uma certificação de especialistas e uma definição social da obra de arte. Nessa perspectiva, a opção do IMS de adquirir a obra completa de fotógrafos envolve um outro tipo de relação e de valor (para além dos valores unitários). O cálculo do valor econômico se compõe com contrapartida de investimentos simbólicos associados à preservação e à difusão, ao reconhecimento autorizado e à permanência da obra no tempo. (SEGALA, 2005, p. 117-131).

³ Marcel André Félix Gautherot (1910-1996) foi um fotógrafo franco-brasileiro de intensa e celebrada atuação no Brasil. Sua produção, marcada pelo serviço ao Estado, imprensa e circuitos artísticos, reúne importantes aspectos da cultura e território brasileiros.

No entanto, quando tratamos da acumulação de documentação produzida pelo Estado, a expectativa é que o conjunto seja objeto de avaliação arquivística e que a eliminação ou recolhimento de documentos para o arquivo público seja resultado desse processo. Ou seja, a decisão sobre o destino de um conjunto documental produzido pelo Estado não deveria ser objeto de tão variadas concepções de avaliação, tampouco necessitaria passar por um processo de reconhecimento ou legitimação como se observou no caso da aquisição de um arquivo por parte de uma instituição privada. Mesmo assim, com muita frequência, essa trajetória documental não é estabelecida dessa forma, persistindo um emaranhado de procedimentos atribuidores de valor na definição dos destinos desses documentos, sobretudo quando marcados por forte presença de fotografias. Resultado disso é que, especialmente no caso de documentos fotográficos, entende-se o museu ou biblioteca como instituições mais aptas a acolher esse tipo de produção, distorcendo o fluxo documental em que esses conjuntos estão inseridos. Ou ainda, deslocadas de seu contexto original, fotografias são colecionadas por arquivos públicos sem conexão com produtores ou atividades geradoras.

AValiação NO CONTEXTO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS

Para uma reflexão mais voltada ao caso particular dos documentos públicos⁴ e, portanto, aos desafios da gestão pública de documentos fotográficos, é importante colocarmos algumas questões preliminares úteis para compreensão desse contexto de acumulação. É preciso reconhecer algumas características da formação dos acervos da maioria dos arquivos públicos no Brasil, e, portanto, também dos processos de avaliação praticados por muitas instituições. Partamos inicialmente do momento considerado adequado para a avaliação:

A prática de promover a avaliação em outra idade, que não seja a corrente, é considerada totalmente inadequada, pois os acervos acumulados encontram-se descontextualizados, na maioria das

⁴ Neste caso compreendemos documento público como aquele custodiado por um arquivo público, seja ele produzido pelo Estado ou não. Cabe reconhecermos que documento público é aquele do interesse de todos e que, por esse motivo, pode encontrar permanência em instituição dessa natureza.

vezes, não classificados, apresentando características que exigirão propostas de destinação acompanhadas de justificativas específicas. (INDOLFO, 2012, p. 22).

Embora grande parte da literatura recomende que o processo de avaliação ocorra a priori, desejavelmente antes mesmo da produção, tendo por instrumento base a tabela de temporalidade, é preciso reconhecer que uma enormidade de arquivos públicos não possui capacidade para esse procedimento. Mesmo entre as instituições que atualmente têm essa capacidade, não foi essa a realidade que conduziu a maior parte dos conjuntos que abrigam sob sua custódia. A ausência de sistemas de arquivo, a dificuldade de permeabilidade política, a falta de políticas públicas ou mesmo as circunstâncias muito diversas que conduziram os documentos à preservação, fazem com que nem sempre a avaliação anteceda o recolhimento de documentos aos arquivos públicos. Ao encararmos a questão da avaliação feita a posteriori, já no arquivo público e distante dos produtores da documentação, percebemos que essa condição torna o processo mais complexo. A esse respeito, Belloto alerta que “[...] a tarefa mais árdua, a responsabilidade maior do arquivista é justamente esta, a avaliação, quando ela tem que ser feita a posteriori e não como deveria ser, desde a produção.” (BELLOTO, 2006, p. 117).

Constatarmos que o recolhimento não costuma ser resultado de um processo de avaliação arquivística nos conduz a indagar quais foram os critérios mobilizados para que determinada documentação seja, ou não, recolhida ao arquivo público. Esse processo é muito frequentemente pressionado por questões como espaço, censura, vontade política, publicidade, ou ainda, marcado por decisões de ocasião, nem sempre tecnicamente amparadas. Desde o genuíno anseio preservacionista até o expurgo de galpões ou extinção de órgãos, sabemos que são muito variadas as motivações do encaminhamento de documentos aos arquivos públicos no Brasil. Fica latente, a partir dessas conclusões, o caráter político desse processo, que faz sua transparência ainda mais necessária. No Brasil existe historicamente uma aproximação entre a noção de memória e os arquivos públicos, ainda que mobilizada, com muita frequência, sem respaldo

científico. Nesse sentido, ao serem avaliados, aqui uma concepção ampla da ideia de avaliar, para um eventual encaminhamento ao arquivo, o valor histórico dos conjuntos se sobressai em relação aos valores probatórios e informacionais dos documentos.

As instituições arquivísticas públicas brasileiras apresentam aspectos comuns no que se refere às suas características fundamentais. Trata-se de organizações voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico, ignorando a gestão de documentos correntes e intermediários na administração que os produziu. (JARDIM, 1996, p. 7).

A atribuição exclusiva de valor histórico ou mnemônico, sobretudo quando esvaziada de consistência metodológica, pode se mostrar incerta. Em primeiro lugar, porque “[...] não é possível separar o que é histórico do que não é histórico no âmbito de um conjunto arquivístico. Fatos ou documentos adquirem esse *status* a partir de um gesto de interpretação.” (CAMARGO, 2003, p. 14, grifo da autora). Outro fator problemático é que ao abdicarmos de outros valores mais pertinentes ao tratamento de arquivo, reduzindo o valor do conjunto documental à condição de “histórico”, abdica-se também dos argumentos que poderiam justificar o tratamento arquivístico da documentação⁵. No caso de fotografias, geralmente essa mesma atribuição de valor de historicidade pode tanto conduzir ao arquivo público, como também conduzir ao Museu, destino frequente desse tipo de documentação⁶. Nesse sentido, a supervalorização do aspecto histórico

⁵ Nesses casos secundariza-se, sobretudo, os aspectos de proveniência da documentação. Destacamos, por outro lado, a perspectiva contextualizada de T. Cook que, a partir de uma renovada valorização do princípio da proveniência, propõe que ao invés de buscar intuitivamente antecipar potenciais históricos dos documentos, a avaliação seja baseada na gênese dos documentos, deixando a abordagem historiográfica aos historiadores do futuro que eventualmente decidam por usar dessa documentação. Ao basear a “macroavaliação” na proveniência dos documentos, permite que essa abordagem se fundamente na natureza dos documentos e não na incerteza dos usos futuros que podem advir de sua preservação (COOK, 2005).

⁶ Podemos citar, ao menos, dois exemplos no âmbito do patrimônio documental do estado de São Paulo bastante significativos desse processo. Um deles é o fundo Secretaria de Governo (SEGOV) do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), composto por 4.401 caixas, 805 livros, 81.297 negativos flexíveis, 55.447 contatos, 10.337 ampliações, 2.651 películas 16 mm., com predominância de documentos fotográficos, que esteve sob custódia do Museu da Imagem e do Som até 2008, quando foi finalmente transferido para o APESP. Outro exemplo é a Coleção Gabinete do Prefeito, como o SEGOV, documentação fotográfica produzida também nas atividades de assessoria de imprensa, nesse caso da municipalidade de São Paulo. O conjunto esteve sob custódia do Museu da Cidade de São Paulo até ser também transferido ao Arquivo Histórico Municipal

dos documentos obscurece valores que se relacionam com a sua produção e com outros fundamentos importantes da existência de um arquivo público, como a garantia de direitos dos cidadãos, transparência da gestão pública ou aprimoramento de políticas públicas⁷.

A preservação conduzida pela atribuição de valor histórico em arquivos apresenta ainda o risco de transferir ao arquivo público disputas de narrativa e reconhecimento que, se inerentes da prática historiográfica, traduzem-se em vícios à instituição arquivística. Não cabe ao arquivo definir o que é ou o que será historicamente relevante. Como alerta Camargo, ao assumirem essa tarefa “[...] tenderão a eleger conteúdos e temas conjunturalmente expressivos, sem se dar conta de que promovem reciprocidade entre dois universos perfeitamente distintos: o do arquivo e o dos sentidos que lhe emprestam seus usuários.” (CAMARGO, 2003, p. 15). Sobre a inconveniência desse cenário e partindo da experiência alemã, Menne-Haritz ainda acrescenta:

A experiência dos arquivos da Alemanha Oriental tornou claros os perigos inerentes à seleção de itens importantes para preservação. A seleção por conteúdo abriu o trabalho arquivístico à instrumentalização política. A seleção exigia confirmação externa e os arquivos não podiam decidir por eles mesmo as premissas para a seleção. Presumindo que “o valor dos arquivos é determinado pela importância social dos eventos, atividades e assuntos a que se referem”, um Perfil de Documentação para Enquadramento foi elaborado no início do anos 1980, listando cerca de 500 eventos que deveriam ser documentados. [...] Avaliação arquivística de arquivos administrativos procurando ilustrar declarações como essas que tinham sido pré-aprovadas por autoridades do Estado, encaixam os documentos numa imagem politicamente desejável da história. O que torna esses planos de documentação arriscados é o fato de que eles confiam num suposto conhecimento da história. (MENNE-HARITZ, 2005, p. 26).

Washington Luís. Em ambos os casos, a predominância de documentos fotográficos comprometeu a clareza sobre o caráter administrativo da documentação e, por consequência, sua preservação.

⁷ Ao tratar das funções dos arquivos, Bruno Delmas destaca que “Seria possível detalhá-las ao infinito, mas convém reagrupá-las em quatro utilidades fundamentais. Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social.” (2010, p. 21).

Mais uma vez reafirma-se o prejuízo da avaliação pautada pelo conteúdo dos documentos, advogando-se pelo contexto de proveniência nesse processo. Entretanto, verifica-se no Brasil uma inconsistência de procedimentos que, embora atualmente seja fortemente combatida, é marcante no cotidiano da área. Nesse cenário, não são apenas os documentos fotográficos que apresentaram trajetórias marcadas pelo caráter errático de encaminhamento. Ainda assim, alguns padrões de valoração são muito frequentes quando se trata particularmente desse tipo de documento.

DOCUMENTO FOTOGRÁFICO E ATRIBUIÇÃO DE VALOR

No caso particular dos documentos fotográficos, existem ainda outros fatores importantes a serem discutidos. Acumulam-se à problemática da memória e do valor histórico outras atribuições de valor, sobremaneira motivadas pela linguagem visual e circulação comercial da fotografia. Isso significa que, na ausência da avaliação arquivística, outros critérios de atribuição de valor são mobilizados, especialmente pautados pelo conteúdo visual dos documentos. Para tornarmos um pouco mais concreto esse processo, tratemos de um exemplo relacionado à atribuição de valores que frequentemente marcam o tratamento de documentos fotográficos. O documento *Recomendações Preliminares para o Estabelecimento de Normas Mínimas de Avaliação e Seleção*, apresentado no II Seminário sobre Arquivo Fotográfico⁸, em 1981, e parcialmente publicado em 1986 por Lobo, nos permite vislumbrar alguns desses valores ao apontar “Quatro critérios básicos relacionados à avaliação e seleção de fotografias: análise de conteúdo (temático e estético), estado de conservação, qualidade técnica e existência de duplicatas.” (LOBO, 1986, p. 34). Na sequência, são propostas metodologias para a aplicação desses critérios.

Os quatro critérios, apesar de não serem recomendáveis para a avaliação arquivística, são significativos dos valores que costumam ser buscados em conjuntos de documentos fotográficos para sua preservação: os valores histórico, estético, temático, técnico e de originalidade. Além

⁸ Vale considerar que o documento claramente menciona os arquivos públicos como objeto, além de instituições de outras naturezas comprometidas com o patrimônio fotográfico.

deles, encontramos a avaliação do estado de conservação apresentada como critério de preservação. Podemos dizer que, na ausência da avaliação arquivística, foram esses os valores constantemente procurados nos documentos fotográficos para justificar sua preservação no contexto dos acervos públicos no Brasil. Podemos verificar também que outras concepções de avaliação, mobilizadoras de outros critérios de atribuição de valor, substituíam a avaliação arquivística, motivando a destinação desses conjuntos documentais. Acontece que esse tipo de atribuição de valor, embora eficiente para operações interpretativas de que o arquivo possa ser objeto, ou para outras operações intelectuais de avaliação, não é pertinente para a preservação arquivística. Ao arquivo convém avaliar:

[...] não pela atribuição de valores impostos externamente, mas pela definição cuidadosa de políticas e planos de jurisdições arquivísticas e de aquisição, e pela atenção ao fato de que arquivistas são mediadores e facilitadores, custodiadores e preservadores de evidências da sociedade, não documentadores nem intérpretes, nem mesmo juízes de atos da sociedade. (DURANTI, 1994, p. 343).

Além de arquivisticamente inadequadas, valorações como as demonstradas no exemplo, quando mobilizadas em ambiente de arquivo, carecem de amparo metodológico que as sustente. Acabam por atribuir noções subjetivas de valor, sobretudo validadoras de regimes de excepcionalidade, inconsistentes para o trabalho arquivístico. Transferem ao arquivo valores próprios do mercado, das artes ou de outros territórios de circulação da fotografia. Os discursos de valorização como justificativa para a preservação arquivística, sobretudo pelo recorrente esvaziamento teórico que lhes caracteriza nessas circunstâncias, carregam sempre o risco de que se sobreponham à contextualização dos documentos, embasando nesse suposto valor a razão de existência do documento. No caso dos documentos fotográficos, esse valor geralmente se pauta na imagem, no conteúdo, em detrimento da rede informacional que envolve sua produção e acumulação. Esses discursos de valorização, muito embora tenham por muitas vezes construído um ambiente propício para a preservação,

reafirmam o caráter de especialidade que sabidamente não apresenta benefícios ao trabalho arquivístico.

Dessa maneira, percebemos que, embora a visualidade demande ferramentas específicas para sua compreensão enquanto linguagem, a lógica da produção documental, pautada no respeito à proveniência, independe dessa especificidade. Nesse sentido, não se trata de sobrepor o potencial visual dos documentos ao contexto em que estão inseridos, mas encontrar maneiras de identificá-lo, compreender sua produção e organicidade. Nesse processo é possível usar da própria visualidade como elemento evidencial que ajude a compreender a proveniência, mas não como fator determinante de preservação. É preciso, especialmente, levar em consideração que o documento fotográfico é sempre mais que a imagem: é também os elementos que carrega consigo, como carimbos ou marcações, é a articulação com os demais documentos produzidos em conjunto, como pautas ou envelopes, e é, principalmente, a função administrativa que demarca sua existência. Negligenciar esses aspectos encerra a capacidade do documento fotográfico de ser documento de arquivo.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, v. 1, p. 11–17, 2003.
- COOK, Terry. Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950–2000. **Archival Science**, Dordrecht, n. 5, p. 101–161, 2005.
- DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and Archival Theory. **American Archivist**, Chicago, v. 57, n. 2, 328–344, abril 1994.
- INDOLFO, Ana Celeste. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 13–37, 2012.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 1–13, 1996.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos na Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOBO, Lucia Lahmeyer. Avaliação e seleção de fotografias. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 34-40, abr./ago. 1982/1986.

LOPEZ, André Porto Ancona; AGUAYO, Fernando; ROCCA, Lourdes. La clasificación archivística como actividad previa para la descripción de documentos imagéticos. **Imágenes e Investigación Social**, Cidade do México, p. 243–270, 2005.

MACHADO, Bruno Henrique; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Classificação arquivística de fotografia: desafios de evidenciar os tipos documentais. **Revista Photo & Documento**, Buenos Aires, n. 7, 2019.

MENNE-HARITZ, Angelika. Avaliação ou documentação: podemos avaliar arquivos através da seleção de conteúdos?. Tradução de: Pedro Condolleo de Queiroz. **Registro**: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, Indaiatuba, v. 4, n. 4, p. 19–34, jul. 2005.

SEGALA, Lygia. A coleção fotográfica de Marcel Gautherot. **Anais do Museu Paulista** (Impresso), São Paulo, v. 13, n. 2, p. 73–134, dez. 2005.

